



## **A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico**

The city as an object of encyclopedic discourse

José Horta Nunes\*

### **Resumo:**

Este artigo apresenta uma análise discursiva de definições da enciclopédia Wikipédia. O objetivo é compreender os processos de constituição de *objetos discursivos* de "cidade". O *corpus* é formado por uma série de palavras relacionadas à noção de cidade: *cidade, município, metrópole, região metropolitana, cidade global, megacidade e megalópole*.

Nas análises são explicitadas a posição discursiva do enciclopedista, os discursos constituintes das definições, os processos de identificação dos sujeitos, os dispositivos linguístico-discursivos e as formações discursivas.

**Palavras-chaves:** cidade, metrópole, objeto discursivo, enciclopédia, divulgação científica

### **Abstract:**

This paper presents a discursive analysis of definitions in the Wikipedia encyclopedia. The aim is to understand the constitution processes of discursive objects of the "city". The *corpus* is constituted by a series of words related to the notion of "city": *cidade, município, metrópole, região metropolitana, cidade global, megacidade e megalópole*. The analysis explicit the discursive position of the encyclopedic subject, the discourses that constitutes the definitions, the identification process of the subjects, the linguistic-discursive devices and the discursive formations.

**Key-words:** city, metropolis, discursive object, encyclopedia, scientific dissemination

---

\* Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp. E-mail: johnunes@unicamp.br Endereço: Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos Unicamp/Cocen / Nudetri Caixa Postal 6166 Campinas/SP – Brasil. CEP: 13083-892

O objetivo deste trabalho é analisar uma série de verbetes enciclopédicos que significam a cidade. As entradas foram tiradas da enciclopédia Wikipédia<sup>1</sup>. São elas: *cidade*, *município*, *metrópole*, *região metropolitana*, *cidade global*, *megacidade* e *megalópole*. São palavras de ampla circulação na atualidade, em uma conjuntura em que a urbanização tem se acentuado e os discursos sobre a cidade são afetados pela formação de vários tipos de aglomerados urbanos e pelos processos de globalização. Partimos das seguintes questões de análise: como a cidade se constitui enquanto objeto de discurso na enciclopédia? A partir de que posições de sujeito isso ocorre? Que formações discursivas são mobilizadas para significar a cidade? Como as sistematicidades linguísticas condicionam a construção/desconstrução desses objetos discursivos? Em que medida a formação de um imaginário citadino, afetado pelo simbólico, participa dos processos de individu(aliz)ação dos sujeitos?

A Wikipédia se propõe como uma "enciclopédia universal e multilíngue", em que a autoria é aberta a "todos". Com o slogan "A enciclopédia livre que todos podem editar", ela se insere no discurso da globalização, significando em seus verbetes o global e o local. Importa-nos aqui a tipologia enciclopédica enquanto observatório dos discursos citadinos. A partir da posição do enciclopedista da Wikipédia, com uma autoria ao mesmo tempo "anônima" e "livre", são representadas diversas posições a partir das quais os objetos citadinos são constituídos, bem como sua relação com discursos, instituições, autores, textos, etc. Ao divulgar nos verbetes os saberes urbanos, em sua diversidade, a enciclopédia é um índice da circulação dos discursos sobre a cidade na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, a análise nos leva a observar como tais saberes são reduzidos, organizados, transformados, e como eles se relacionam com o interdiscurso (o complexo das formações discursivas).

O discurso enciclopédico é um dos que tendem a estabilizar sentidos em uma conjuntura. Ele está ligado em grande medida aos discursos de *organização* da cidade<sup>2</sup>. Mais especificamente, trata-se de um discurso de divulgação, que faz circular os saberes urbanos a um público leitor amplo, local e global, e nessa medida temos uma posição de mediação entre os especialistas na cidade, as instituições, os discursos administrativos, legislativos, governamentais, científicos, e os sujeitos leitores.

---

<sup>1</sup> WIKIPÉDIA. Wikimedia Foundation. Endereço: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 21 de outubro de 2014.

<sup>2</sup> Conforme E. Orlandi, "Temos proposto, em nossa reflexão, uma relação entre *ordem*, que é do domínio do simbólico na relação com o real da história (a sistematicidade sujeita a equívoco) articulação necessária e contraditória entre estrutura e acontecimento, enquanto a *organização* refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)." (*Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004, p. 35)

Nessa passagem do saber urbano à divulgação enciclopédica, há transferências de sentido e gestos de interpretação<sup>3</sup>. Mesmo esses discursos que tendem à estabilidade estão sujeitos a falhas, a equívocos, a deslocamentos sentidos, e por isso são lugares pertinentes para se observar os processos ideológicos e de identificação dos sujeitos. Desse modo, temos em vista compreender certas regiões intermediárias em que os discursos estabilizados passam a circular em direção aos sujeitos leitores, expondo-os aos discursos institucionais e de especialidade. Conhecer o modo de circulação desses saberes leva a explicitar as brechas que permitem aos leitores trabalharem a polissemia, o questionamento, a resistência, os contra-discursos e a inscrição do “desejo” citadino<sup>4</sup>.

### **Polissemia de cidade: em busca dos objetos discursivos**

Em um verbete da Enciclopédia Discursiva da Cidade<sup>5</sup>, denominado “prisma”. Orlandi relaciona o real da cidade com um prisma: a cidade se desdobra em faces e é significada de vários ângulos: “o real da cidade, como forma, é o prisma, entendido como polisêmico (...) faces entrelaçadas, triângulos que se recortam e se configuram em quantidade: espelho e transparência ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2003, p. 31). A cidade é um objeto polissêmico, que produz sentidos em várias direções. Isso nos levou a considerar que os discursos sobre a cidade constituem objetos a partir de diferentes posições de sujeito, o que corresponde às diferentes faces e ângulos do prisma. Em um projeto em andamento que dá continuidade à ENDICI, tenho analisado sentidos de “metrópole” em um corpus aberto de textos jurídicos, administrativos, da mídia e do senso comum<sup>6</sup>. Após algumas análises, identifiquei uma série de palavras que significam a metrópole, a cidade, e que estão ligadas por processos parafrásticos diversos. O recorte dos verbetes selecionados para este trabalho resulta dessa pesquisa

<sup>3</sup> Ver E. Orlandi (Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. In: *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001, p. 153).

<sup>4</sup> Retomamos parcialmente a afirmação de M. Pêcheux: “A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um “desejo”, etc., no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro, a constatação assertiva com o imperativo da ordem e a falta de asserção do infinitivo, a coincidência enunciativa do pronome *eu* com o irrealizado *nós* e a alteridade do *ele* )(ela) e do *elas*)...” (M. Pêcheux, *Cadernos de Estudos Linguísticos*)

<sup>5</sup> A ENDICI é uma enciclopédia digital *on-line* elaborada com base no dispositivo teórico da Análise de Discurso. Ela é coordenada e organizada por Eni Orlandi (UNICAMP/UNIVAS) e José Horta Nunes (LABEUB/NUDECRI/UNICAMP) e tem sede no Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp (LABEUB/NUDECRI/UNICAMP).

<sup>6</sup> Projeto de Pesquisa: Enciclopédia Discursiva da Cidade: análises e verbetes. Auxílio à Pesquisa FAPESP, Processo n° 2012/22917-0.

mais ampla, em que percebi que os objetos citadinos são vários, e que se relacionam e se diferem por alguns traços linguístico-discursivos.

Nosso ponto de partida, assim, consiste em que a construção discursiva da cidade envolve diferentes objetos de discurso, com sustentação em determinadas formações discursivas, que por sua vez estão imbricadas em instituições, em leis, em disciplinas, em procedimentos administrativos, em tecnologias de linguagem, etc.. Os objetos discursivos não correspondem a referências empíricas, mas a objetos que se configuram no imaginário e se sustentam em formações sociais e ideológicas (cf. PÊCHEUX, 1988 [1975]). Em cada uma das projeções imaginárias que configuram os objetos-cidades, notamos a presença de certos discursos constituintes, modos de enunciação, representações espaço-temporais, conceitos, termos, definições, comentários. Quando analisados em suas relações de sentido, os objetos se articulam por meio de extensões, sobreposições, descontinuidades, acréscimos, apagamentos, reconfigurações.

Nesse processo de significação, ocorrem filiações a um campo de formações discursivas, em que se notam regularidades. Em sua *Arqueologia do Saber*, M. Foucault (2000) expõe o procedimento de observar os diversos enunciados que nomeiam os objetos, que os recortam, descrevem explicam, que mostram os desenvolvimentos, indicam as correlações, de tal maneira que esse conjunto de enunciados não são relacionados a um único objeto, de conteúdo próprio, mas a diferentes objetos, que se constituem nas formações discursivas. E com Pêcheux (1990 [1969], p. 83), os objetos de discurso funcionam por meio do imaginário, e assim atentamos para as imagens de cidade que se constituem nos discursos, projetadas a partir de determinadas posições de sujeito. Consideramos ainda que as formações discursivas se relacionam com formações sociais e ideológicas e que elas se constituem por meio de processos discursivos em que funcionam relações de substituição, paráfrases, sinónimas, etc., entre elementos linguísticos (PÊCHEUX, 1988 [1975]). É isso o que confere aos objetos uma regularidade, condicionando sua circulação em espaços discursivos relativamente estabilizados - nas leis, nos procedimentos administrativos, nos discursos dos especialistas. Ao mesmo tempo, os objetos de discurso estão sujeitos a equívocos, a falhas que perturbam sua estabilidade, e nesse sentido são "objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de 'saber do que se fala', porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isso acontece tanto nos segredos da esfera familiar 'privada' quanto no

nível 'público' das instituições e dos aparelhos ideológicos de Estado" (PÊCHEUX, 1990, p. 55). Nessas condições, os gestos de interpretação estão em movimento, de modo que todo discurso é passível de desestruturações e reestruturações de seus trajetos, de suas redes significantes, de suas relações com a alteridade.

As análises dos objetos-cidades nos levam também a fazer algumas considerações sobre os processos de identificação dos sujeitos. Importa-nos observar quais são os dispositivos linguístico-discursivos que os colocam em funcionamento. Ao propor uma “teoria da resistência do sujeito”, Orlandi (2012) traz subsídios teóricos e metodológicos para se pensar as formas de individu(aliz)ação do sujeito, considerando os processos de interpelação do sujeito, a relação com o Estado (sujeita a falhas), a identificação com as formações discursivas, a constituição de posições de sujeito da sociedade:

“As formas de individu(aliz)ação do sujeito, pelo Estado, estabelecidas pelas instituições e discursividades, resultam, assim, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres e direito de ir e vir. Esse indivíduo funciona, por assim dizer, como um pré-requisito nos processos de identificação do sujeito, ou seja, uma vez individuado, este indivíduo (sujeito individuado) é que vai estabelecer uma relação de identificação com esta ou aquela formação discursiva. E assim se constitui em uma posição sujeito na sociedade. E isto deriva de seus modos de individuação pelo Estado (ou pela falha do Estado), pela articulação simbólico-política através das instituições e discursos, daí resultando sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição sujeito que se inscreve então na formação social (posição-sujeito patrão, traficante, Falcão etc.) com os sentidos que o identificam e sua posição sujeito na sociedade.” (ORLANDI, 2012, p. 228)

Partindo da concepção de que “a ideologia é um ritual com falhas”, a autora vê aí a condição para a resistência, para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. Ressalte-se que, para tratar da questão da resistência, considera-se que ela “está, de um lado, vinculada à relação entre forma-sujeito-histórica e a individuação pelo Estado; de outro, pelo processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso.”. Também importa ter em vista duas formas ideológicas que regem o imaginário cidadão na contemporaneidade: “1. O mito da completude (a sociedade como um todo organizado e coeso) criando a interpretação da *desagregação* (aquilo que fica fora dela) e 2. em uma perspectiva neoliberal, o fato de que a reciprocidade, a solidariedade cedem lugar à rivalidade, à competição, à *marginalidade*.” (ORLANDI, 2011, p. 226)

A questão que levantamos diante disso é: como os objetos citadinos participam dos processos de individu(aliz)ação dos sujeitos? Quais são os dispositivos presentes (ou ausentes) na relação com o Estado, com o interdiscurso, com as formações sociais? Acreditamos que a análise dos objetos discursivos, em sua pulsão polissêmica, traz elementos para pensar aspectos tanto da individualização do sujeito pelo Estado, quanto da individualização dos sujeitos, sua inscrição em certas formações discursivas e sua posição no interior de formações sociais. Voltaremos a essas questões mais adiante. Passemos agora às análises

### **Análise dos verbetes: definições e discursos sobre a cidade**

Para a análise dos verbetes, recortamos as sequências que trazem definições dos termos entrada, localizadas no início dos verbetes. Efetuamos, então, uma leitura do *corpus*, com o objetivo de identificar as posições de sujeito e discursos constituintes dos enunciados definidores. Conforme Collinot e Mazière (1997) e Mazière (1989), a definição pode ser considerada, da perspectiva da análise de discurso, como um modo de dizer de uma sociedade, um "prêt-à-parler, um discurso que se repete e faz circular os sentidos sedimentados de uma época, a opinião pública, a *doxa*. Nesse funcionamento, as variações das formas sintáticas e enunciativas determinam a relação das definições com seus discursos constituintes, com os elementos pré-construídos (já-ditos), com a memória discursiva.

O enunciado definidor é geralmente formulado por um nome que funciona como hiperônimo da palavra de entrada, seguido de uma série de determinações por adjetivações, orações relativas, orações reduzidas de particípio e outras. Tais elementos do enunciado definidor condicionam os pontos de inserção dos discursos outros, as possibilidades de equívoco inscritas na materialidade linguística. A análise aqui empreendida conjuga a descrição-interpretação do enunciado definidor com a observação das formações discursivas e dos processos de individu(aliz)ação dos sujeitos, tal como mencionamos mais acima.

Vejamos a série de definições intercaladas pelas análises:

#### **Cidade**

Uma **cidade** ou **urbe**<sup>1</sup> é uma área urbanizada, que se diferencia de vilas e outras entidades urbanas através de vários critérios, os quais incluem população, densidade populacional ou estatuto legal, embora sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas.

Nesta definição, *cidade* é vista como sinônimo de *urbe* sendo parafrazeada por "área urbanizada" e diferenciada de "vila" por critérios de "população", "densidade populacional" e "estatuto legal". O hiperônimo "área urbanizada" evoca o discurso geográfico e urbanista, em que o objeto-cidade é construído, de um lado, pela filiação a um espaço geográfico ("área"), e de outro pela determinação do discurso urbanista ("urbanizada"). Além disso, os critérios de "população" e "densidade demográfica" indicam o discurso sobre a população, em que a cidade seria uma "área" com população grande, uma área populosa. Poderíamos considerar também, enquanto elemento de interdiscurso, os estudos da demografia que tomam a população como objeto. Em relação ao critério "estatuto legal", vemos a ligação com o discurso jurídico: a cidade legal. Assim, geografia, urbanismo, demografia e direito se aliam nessa formulação do enunciado definidor. Podemos dizer, diante disso, que o discurso enciclopedista se sustenta nas posições dos geógrafos, dos urbanistas, dos demógrafos e dos juristas. Como a cidade é tomada como sinônimo de *urbe*, o discurso urbanista aparece como aquele que direciona esses sentidos, e que se especifica com o geográfico, demográfico e jurídico. Considere-se ainda que tal objeto se mostra como instável, sujeito a equívocos, já que se considera que "sua clara definição não seja precisa, sendo alvo de discussões diversas". Como veremos mais adiante, essa intabilidade da cidade-urbe, baseada em uma área não circunscrita, abre espaço para uma série de transformações do objeto discursivo.

### **Município**

O **município** (do latim *municipium*, antiga designação romana) ou **concelho** é uma unidade de divisão territorial e de divisão administrativa de determinados países.

Em Portugal (e também em Cabo Verde) existe uma diferença entre os conceitos de "concelho"<sup>1</sup> e "município".<sup>2</sup> Concelho é uma "divisão territorial, administrada por um município", enquanto que Município é uma "autarquia local, constituída por diferentes órgãos"<sup>3</sup>. No Brasil, a antiga designação de "concelho" foi abandonada, e adotou-se a designação de "município" para ambos os conceitos.

É um território dotado de personalidade jurídica e com certa autonomia administrativa, constituído de certos órgãos administrativos e políticos<sup>1</sup>. Quando o território é designado pelo termo municipalidade, muitas vezes se implica que ele não tem, de fato, personalidade jurídica

Neste verbete, a palavra *município* é equiparada a *concelho*. De fato, como se nota com a retomada que ocorre após a primeira definição, *município* e *concelho* não são vistos aí como sinônimos, mas como termos que remetem a dois espaços ("países",

"territórios") distintos, Portugal e Brasil, e que levam a diferentes objetos. Em Portugal, há uma diferenciação entre o geográfico e o administrativo ("divisão territorial" *versus* "autarquia local"), que no caso brasileiro estão incluídos heterogeneamente no mesmo objeto. Isso mostra que na Wikipédia, instrumento globalizado, o verbete significa os dois territórios diferenciados na língua ("idioma"), o que implica dois modos de construir o objeto-cidade. Chegamos com isso ao discurso do Estado, pois *município* é o termo adotado pelo Estado brasileiro, em sua Constituição, para significar uma das unidades resultantes da divisão territorial: "A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal" (Art. 18, § 4º). Assim, o discurso do Estado incide sobre esse enunciado definidor, configurando a cidade jurídica e administrativa, de modo que cidade e Estado estão aí estreitamente ligados. A formação discursiva jurídica sustenta a estabilidade desse objeto, marcada por seu discurso de fundação pelos Estados da Federação. Em suma, no plano global, o discurso jurídico estabiliza de modo geral os sentidos ("divisão territorial", "divisão administrativa"), porém há uma instabilidade que produz uma duplicidade de objetos (*município* e *concelho*) na mesma formação discursiva. Considere-se, finalmente, que não há relação estabelecida no verbete entre *município* e *cidade*.

### **Metrópole**

**Metrópole**, da língua grega *metropolis* (μήτηρ, mētēr = mãe, ventre e πόλις, pólis = cidade), é o termo empregado para se designar as cidades centrais de áreas urbanas formadas por cidades ligadas entre si fisicamente (conurbadas)<sup>1 2</sup> ou através de fluxos de pessoas e serviços<sup>1</sup> ou que assumem importante posição (econômica, política, cultural, comercial, etc.) na rede urbana da qual fazem parte (correspondentes, na classificação do IBGE,<sup>1</sup> às metrópoles nacionais e regionais).

Nesta sequência, nota-se primeiramente que a palavra de entrada "metrópole" é substituída por "termo", o que a situa no interior de uma campo de saber. Em seguida, temos por co-referência que metrópole é retomada como "cidades centrais de áreas urbanas". Considerando que, como notamos anteriormente, "cidade" é significada como "urbe" e não como *município*, ou seja, com dominância do discurso urbanista ("área urbana", "população") e não do discurso jurídico ("divisão territorial"), vemos que a memória do urbanismo constitui o objeto "cidade central". Em seguida, o sintagma "áreas urbanas" é determinado por "formadas por cidades ligadas entre si fisicamente (conurbadas) ou através de fluxos e serviços ou que assumem importante posição (econômica, política cultural, comercial, etc.) na rede urbana da qual fazem parte".

Note-se que o verbo no particípio passado ("formadas") introduz toda uma determinação composta por um sintagma nominal ("cidades ligadas entre si...), que funciona em posição de sujeito do verbo "formar", e ao mesmo tempo coloca "metrópole" como complemento desse verbo, ou seja, poderíamos parafrasear a definição por "as cidades ligadas formam as metrópoles, cidades centrais de áreas urbanas". Assim, o que determina sintaticamente a definição de metrópole é a "ligação" entre as cidades. Com um mecanismo semelhante, com o verbo "ligadas" no particípio passado, teríamos a paráfrase: "a conurbação (ligação física), o fluxo de pessoas e serviços, e as cidades que assumem importante posição (econômica, política, cultural, comercial, etc.) ligam as cidades e estas formam as metrópoles, cidades centrais de áreas urbanas". Dito de outro modo, a ligação que forma a metrópole pode se sustentar no discurso geográfico (ligação física), no discurso econômico e populacional (fluxos de pessoas e serviços) ou em uma série de formações discursivas (econômica, política, cultural, comercial, etc.). Observe-se que a prevalência do econômico é marcada por algumas repetições nominais ("serviços", "econômica", "comercial"). Desse modo, enquanto no verbete *município*, é a cidade legal que prevalece, aqui temos outras formações ideológicas constituindo o objeto-cidade. Os termos "central", e "importante posição" assinalam um espaço de significação que não se liga ao jurídico, mas sim a relações de força econômicas, políticas ou culturais. É significada também a "rede urbana" que essas cidades de importante posição integram ("fazem parte"), e nesse caso, "rede urbana" é parafraseada por "metrópoles nacionais ou regionais", nomes estes remetidos ao discurso do IBGE, única instituição citada no verbete. Por enquanto, vamos ressaltar que o objeto cidade-metrópole se desdobra em diferentes objetos derivados conforme o processo de formação em que se insere, isto é, conforme a ligação com uma ou outra configuração discursiva. É um campo discursivo (formações discursivas geográfica, econômica, política e cultural) que se apresenta para esse objeto-cidade, com predominância da formação discursiva geográfica e econômica.

### **Região metropolitana**

Uma **região metropolitana** consiste em uma área composta por um núcleo urbano densamente povoado e por suas áreas vizinhas menos povoadas. Este aglomerado urbano partilha indústrias, infraestruturas e habitações.<sup>1</sup> As áreas metropolitanas geralmente são oficializadas por legislações locais e compreendem várias jurisdições e subdivisões diferentes, como municípios, bairros, distritos, cidades, condados e até mesmo estados. Conforme as instituições sociais, econômicas e políticas mudaram, as áreas metropolitanas se tornaram regiões econômicas e políticas fundamentais.<sup>2</sup> As regiões metropolitanas

incluem uma ou mais áreas urbanas, bem como idades-satélites e áreas rurais que estão sócio-economicamente conectadas ao urbano núcleo central, geralmente medido por padrões migrações pendulares.<sup>3</sup> No Brasil, a Constituição Federal de 1988 deixa a cargo dos estados a instituição de Regiões Metropolitanas que seriam "constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum"

nota 1.

No verbete "região metropolitana", há duas partes, uma referente à conjuntura global, e outra relativa ao Brasil (inciada por "No Brasil"), de modo a separar um discurso geral, mundial, e um discurso nacional. Na primeira parte, a definição retoma o verbete *cidade*, analisado mais acima, ou seja, parafraseia "área urbanizada densamente povoada", com filiação ao discurso geográfico urbanista. Porém, aqui trata-se de uma área "composta" por um "núcleo urbano densamente povoado e por suas áreas vizinhas menos povoadas". Essa última sequência é substituída em seguida por "aglomerado urbano", um nome que significa a cidade pela quantidade, pelo excesso. E esse aglomerado "partilha indústrias, infraestrutura e habitações", de maneira que tem lugar uma desconexão de objetos urbanos de sua área geográfica circunscrita: uma indústria é partilhada por uma ou outra área urbana, e por populações de diferentes "áreas vizinhas". A vizinhança aí vai além da ligação física (*conurbação*), pois implica movimento de trabalhadores, populações, habitantes. Observa-se que o discurso econômico também aparece aqui, mas é uma outra região discursiva que é evocada: o discurso industrial e não o de "comércio" e "serviços", como vimos na análise do verbete "metrópole". Já o discurso urbanista é especificado com os objetos derivados "infraestrutura" e "habitação". Assim, o primeiro objeto-cidade dessa parte globalizada do verbete é o da "cidade-urbe com vizinhança", marcado pela partilha de objetos e pelo movimento de trabalhadores, populações e habitantes. Trata-se também do discurso urbanista e econômico em sua versão industrial.

Em seguida à "cidade-urbe vizinhança", um outro objeto discursivo é construído nesse mesmo verbete: o de "agrupamentos de municípios limítrofes". O enunciado "áreas metropolitanas geralmente são oficializadas por legislações locais" produz um deslizamento metafórico que vai em direção ao jurídico estatal, com filiação a discursos legislativos de criação de regiões metropolitanas, como é o caso brasileiro. O adjetivo "local" marca a distinção espacial entre o global e o local, regular em discursos de globalização da atualidade. O pronome "várias" e o adjetivo "diferentes", em "várias jurisdições e subdivisões diferentes" são marcas do discurso global, indicando a

multiplicidade e a indefinição de objetos jurídicos e geográficos e uma diferenciação deles no âmbito mundial. Os advérbios "como", em "como municípios, bairros, distritos, idades, condados"; e "até mesmo", em "e até mesmo estados", participam também desse jogo entre global e local, com objetos selecionados no interior de uma série mais ampla. Note-se que a série indicada ("municípios, bairros, distritos, idades, condados"), é atravessada pelo discurso jurídico, oficial, pois todos são termos comumente utilizados em legislações, embora possam não se apresentar todos em um certo país. "Condado", por exemplo, não é uma divisão oficial no Brasil, mas na mesma Wikipédia encontramos que "atualmente, condado é também a designação habitualmente atribuída a uma divisão administrativa de estados modernos como os Estados Unidos, a Irlanda e o Reino Unido (em inglês, *county*, ou ainda, em inglês britânico, *shire*)". Esses objetos derivados da formação discursiva jurídica, então, correspondem ao objeto-cidade "região metropolitana oficializada" na conjuntura global e local.

Um outro objeto se forma ainda, ligado ao anterior, pois ele é significando como uma mudança social, econômica e política: "Conforme as instituições sociais, econômicas e políticas mudaram, as áreas metropolitanas se tornaram regiões econômicas e políticas fundamentais". Temos novamente um deslizamento, que vai do jurídico ao econômico, político e social. Note-se que aqui não aparece o "cultural", como no verbete "metrópole", mas sim o "social". Por fim, há uma sequência que introduz três objetos derivados do discurso urbanista: as "cidades satélites" (que no verbete de mesmo nome na Wikipédia é definida como "centros urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade"), as "áreas rurais" e as "migrações pendulares", fazendo retornar a posição urbanista que distingue o urbano do rural, "mede" os movimentos de migração das populações e identifica novos núcleos de população.

Na segunda parte do verbete, finalmente, temos a definição de regiões metropolitanas "no Brasil", e nesse caso é citada a definição da Constituição Federal de 1988, que "deixa a cargo dos estados a instituição de Regiões Metropolitanas" que seriam "constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum". Como se vê, temos mais uma vez o termo *município* com sua estabilização de sentidos, e ligado desta vez à "região metropolitana", em seu processo de "institucionalização".

### **Cidade global**

**Cidade global** (também chamada de **cidade mundial**, **cidade alfa** ou **centro mundial**) é uma cidade considerada um lugar importante no sistema econômico global. O conceito vem dos estudos urbanos e da geografia e se assenta na ideia de que a globalização criou, facilitou e promulgou locais geográficos estratégicos de acordo com uma hierarquia de importância para o funcionamento do sistema global de finanças e comércio.

A mais complexa dessas entidades é a "cidade global", através da qual as relações vinculativas de uma cidade têm efeito direto e tangível sobre assuntos globais através de meios sócio-econômicos.<sup>1</sup> A expressão "cidade global", em oposição à megacidade, foi introduzida por Saskia Sassen, em referência a Londres, Nova Iorque e Tóquio, em sua obra de 1991 "A Cidade Global".<sup>2</sup>

O enunciado definidor de "cidade global" apresenta o hiperônimo "cidade" seguido da determinação "considerada um lugar importante no sistema econômico global". Volta aqui o discurso geográfico urbanístico evocado pela *cidade-urbe*, e, com a locução "lugar importante", o discurso do "sistema econômico global". Na continuidade, tal enunciado é encaixado na retomada "conceito", estabelecendo-se uma relação com espaços disciplinares: os "estudos urbanos" e a "geografia", de onde viria a "ideia de que a globalização criou, facilitou e promulgou locais geográficos estratégicos de acordo com uma hierarquia de importância para o funcionamento do sistema global de finanças e comércio". É bem visível aí a determinação pela formação discursiva econômica, na ligação sobretudo com as áreas de "finanças" e "comércio", o que se confirma com a retomada, mais abaixo, pela formulação: "meios sócio-econômicos", enquanto um dos "assuntos globais". Finalmente, remete-se o termo "cidade global" a uma autora dos estudos urbanos: a socióloga holandesa Saskia Sassen, autora do livro "A Cidade Global", de 1991. Tal citação configura o objeto "cidade global" como conceito do urbanismo, ligado ao discurso econômico. A tríade Londres, Nova Iorque e Tóquio forma o paradigma do objeto "cidade global". Observe-se que está ausente aí o discurso jurídico municipal, estadual e estatal. E também que as três palavras listadas no início do verbete em relação sinonímica ("cidade mundial, cidade alfa ou centro mundial"), vão na mesma direção da economia global, porém uma delas, "cidade alfa" tem uma especificidade: ela é um dos termos de uma classificação das cidades globais realizada pelo Globalization and World Cities Research Network (GaWC), ligado ao Departamento de Geografia da Universidade de Loughborough, na Inglaterra<sup>7</sup>. Tal centro de pesquisas é conhecido por sua classificação das cidades globais em três níveis:

<sup>7</sup> World Cities Research Network (GaWC). Endereço: <http://www.lboro.ac.uk/gawc>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

alfa, beta e gama, de acordo com o critério de "conectividade internacional". Esse é outro índice da filiação da cidade global a discursos científicos voltados para a conjuntura da globalização.

### **Megacidade**

**Megacidade** é o termo empregado para definir uma cidade que sedia uma aglomeração urbana com mais de dez milhões de habitantes<sup>1</sup> e que esteja dotada de um rápido processo de urbanização. A população das megacidades não contam com a região metropolitana em seu contorno. Atualmente, elas englobam mais de um décimo da população urbana mundial e, tal como todas as grandes metrópoles que antes surgiram, polarizam sobremaneira o comércio, a cultura, o conhecimento e a indústria.<sup>1</sup>

Neste recorte, *megacidade* é significada como um "termo", porém não há filiação ao discurso científico. Enquanto isso, no final do verbete há uma nota e nela ocorre a remissão a um documento elaborado por uma empresa (Siemens), que tem dedicado alguns de seus materiais de divulgação, dentre os quais *sites* e *blogs*, à questão das cidades, com a visão da globalização (discurso econômico) e da sustentabilidade (discurso ecológico). Na definição há paráfrases dos sentidos de *cidade-urbe* e de *metrópole*, na medida em que se trata de uma "aglomeração urbana", em que está em jogo a "urbanização" e a "população", com filiação ao discurso geográfico, urbanista e demográfico que caracteriza essa série. A especificidade aqui está na significação da quantidade e velocidade de crescimento ("com mais de dez milhões de habitantes", "rápido processo de urbanização"). Há também o sentido da "polarização", que é determinado por formações discursivas já apontadas na análise de verbetes precedentes ("polarizam sobremaneira o comércio, a cultura, o conhecimento e a indústria"). Note-se que é o único verbete a fazer menção do "conhecimento", ainda que tal discurso apareça apenas como rápida evocação por essa palavra. Já a menção da "indústria", também ocorrida no verbete "região metropolitana", é aqui ligada ao discurso de uma indústria específica, indicando-se ao leitor um espaço de uma determinada memória institucional. O objeto-cidade aí é revestido de uma identidade empresarial.

### **Megalópole**

Uma **megalópole** é uma extensa região urbana pluripolarizada por diferentes metrópoles conurbadas, ou em processo de conurbação. Correspondem às mais importantes e maiores aglomerações urbanas da atualidade. São encontradas em regiões de intenso desenvolvimento urbano, e nelas as áreas rurais estão praticamente (senão totalmente) ausentes. O conjunto da megalópole apresenta uma forte integração econômica e intensos fluxos de pessoas e mercadorias. Meios de transporte rápidos — trens expressos, autopistas e pontes aéreas — sustentam esses fluxos.

Se a megacidade é “polarizada”, a megalópole é “pluripolarizada por diferentes metrópoles conurbadas”. Em ambas temos as marcas da quantidade (“extensa região”, “aglomerações urbanas”, “intensos fluxos de pessoas e mercadorias”) e velocidade de crescimento (“processo de conurbação”, “intenso desenvolvimento urbano”, “forte integração econômica”). A megalópole não é uma extensão da cidade, tal como notamos em alguns casos (metrópole, cidade global, megacidade), mas sim uma configuração que “integra” diferentes metrópoles. O sentido de integração, e não apenas “ligação” indica força maior dos laços entre as metrópoles, com a intensidade dos “fluxos”, o que leva à imagem de um outro objeto derivado: os “meios de transporte rápidos” (“trens expressos, autopistas e pontes aéreas”). No processo que leva à megalópole vão se sobrepondo os objetos discursivos. A expressão “intenso desenvolvimento urbano” acentua as características da urbe e do regionalismo geográfico e econômico. Tal predominância é tão forte que se chega a apontar a ausência das “áreas rurais”, com a diluição da distinção entre urbano e rural. A megalópole, ao salientar os “meios de transporte rápidos” como símbolo da urbanização, exacerba a imagem da região-urbe, diluindo seu outro.

### **Objetos-cidade e dispositivos linguístico-discursivos**

Retomando as análises das definições realizadas até aqui, vamos a seguir expor algumas reflexões a respeito do discurso sobre a cidade, com o objetivo de apontar algumas regularidades e alguns dispositivos linguístico-discursivos que fazem parte dos funcionamentos identificados. Atentamos para os diferentes objetos-cidade, suas distinções, suas expansões, suas divisões e desdobramentos, em sua polissemia; e também para a relação desses objetos com o interdiscurso, as formações discursivas, as instituições. Seguem abaixo os resultados a que chegamos:

a) A posição do enciclopedista é a de um lugar de saber sobre a cidade na conjuntura global e local e em sua pluralidade limitada de formações discursivas. De um lado, temos a relação do discurso enciclopédico com o Estado, com o território e suas subdivisões oficiais, com uma estabilidade dos sentidos na formação discursiva jurídica, condicionando a individuação dos sujeitos pelo Estado; de outro lado, e aí vemos funcionar ideologicamente o enunciado “a enciclopédia livre”, temos sítios de significação não ligados ao Estado, e que se orientam para o discurso econômico, político, político, cultural, etc. Primeiramente, o sujeito individuado no discurso

jurídico; em seguida, um sujeito “livre”, que vai além desse perímetro municipal, e se expande em regiões metropolitanas, megacidades, cidades globais, etc., e aí estão as condições de individualização do sujeito em um ou outro desses sítios de significação. Assim, temos na Wikipédia a contradição entre a determinação jurídica de uma “autoria anônima” reguladora, e a “participação livre” do sujeito que circula no mundo global sujeito ao mercado.

b) O "município" é o objeto-cidade que coincide com o discurso do Estado, sustentado pela formação discursiva jurídica e administrativa. Aí se encontram as condições de cidadania, de divisão do território, de propriedade. A relação de intertextualidade com a constituição brasileira fixa esse objeto. A noção de município aparece também no verbete “região metropolitana”, de modo que aí também se inscreve o Estado, que regula a legitimação desses espaços que reúnem “municípios limítrofes” e se voltam para o planejamento urbano. Porém, a região metropolitana, não se apresenta como “território”, mas sim como “região”, “área”, e nessa medida está ligada à “cidade”, à “urbe”. Aí temos talvez a distinção mais significativa de nosso recorte de análise, entre “município” (“divisão territorial”) e “cidade” (“área urbana”), pois este último objeto, a cidade-urbe, é a base para a formação da “metrópole”, da “região metropolitana”, da “megacidade”, da “megalópole” e da "cidade global".

c) A série de “cidade”, incluindo *cidade*, *metrópole*, *região metropolitana*, *megacidade* e *cidade global*, apresenta uma continuidade e também, diferenciações deslocamentos internos. A regularidade mais visível é a da filiação aos discursos geográfico e urbanista (“área urbanizada”, “área urbana”, “população”, “densidade populacional”). O jurídico aparece como um objeto localizado (“estatuto legal”), sob a dominância do discurso urbanista. A cidade é “urbe”, uma área urbanizada, e sua definição é instável, o que explica as falhas e a polissemia que envolve todos os termos relacionados, e que compreende extensões, sobreposições, integrações, e uma abertura rarefeita a outras formações discursivas. A metrópole são “áreas urbanas formadas por cidades”, dando continuidade ao objeto-urbe geográfico e econômico, mas nela é acrescentada a filiação à formação discursiva política (“cidade central”) e cultural. Funciona aí o encadeamento metonímico que leva à “integração” à “ligação”, ao “fazer parte”: a cidade-urbe forma\liga outros espaços

(áreas urbanas, cidades, etc.) e isso dá margem a uma flutuação de formações discursivas conforme o tipo de laço constituído. A região metropolitana conjuga, de um lado, a urbe ampliada (geografia, urbanismo); de outro, a reunião oficial de municípios no discurso estatal (“municípios limítrofes” na legislação). Esse equívoco do urbanista e do jurídico no mesmo objeto dá espaço a falhas específicas, por exemplo, a duplicidade governo/governança, e objetos “partilhados” como “indústrias, infraestruturas e habitações”. Outra metáfora cidadina é a da “megacidade”, uma “aglomeração urbana” com “rápido processo de urbanização”, marcada por uma expansão e intensificação da cidade-urbe. Mas a megacidade não forma ligação: a população que conta não inclui a da região metropolitana, daí a distinção entre esses dois objetos. A megacidade “polariza” por meio do discurso econômico, inscrevendo objetos específicos como “comércio” e “indústria”, e evoca lateralmente outras formações discursivas (“conhecimento” e “cultura”) sem dar corpo a elas, sem expandi-las. A megacidade se aproxima, enfim, da cidade global, enquanto sua polarização é significada mundialmente. No entanto, o discurso mundial é incipiente e ela ainda mantém uma relação com seu entorno. Já a megalópole, que também é definida como uma “aglomeração urbana”, não é somente uma extensão da cidade-urbe, pois, sendo pluripolarizada, mantém uma unidade dentro da pluralidade. Na megalópole, cidade e município tendem a se dissipar, diante da “forte integração [econômica](#) e intensos fluxos de [pessoas](#) e [mercadorias](#)”, dos “[transportes](#) rápidos”. Por fim, a “cidade global” se distingue dos objetos anteriores por sua ligação direta e intensa com a “globalização”, com tendência a apagar o municipal, o regional, o estadual e o estatal: a força da globalização insere a urbe diretamente no “sistema global de finanças e comércio” e nos “assuntos globais”. A cidade-globo é um objeto que torna a cidade descontínua: não há ligação com o entorno, com a área ou região, mas com o mundo, ou melhor, especialmente com outras cidades globais na conjuntura econômica mundial (Londres, Nova Iorque, Tóquio, Paris, etc.).

d) Buscamos compreender as relações entre interdiscurso, objetos discursivos e falhas, considerando-se a relação língua-discurso. Cada objeto apresenta seu regime de aparecimento, permanência, desaparecimento, transformação, na relação com as formações discursivas. Vimos que o objeto-município tende a um isolamento e estabilidade, enquanto o objeto cidade tende ao equívoco e à pluralidade com

deslizamentos metonímicos ("parte de"). Assim, com a substituição metafórica entre *município* e elementos da série *cidade*, *metropole*, *região metropolitana*, *megacidade* e *cidade global megacidade* há uma distinção que separa o discurso do Estado, jurídico e administrativo, do discurso econômico e urbanista que atravessa essa segunda série, o que corresponde à duplicidade das duas formas ideológicas: da completude (município-Estado) e da pluralidade (série marcada pela "área urbana"). Consideramos diante disso que a unidade e estabilidade do objeto-cidade é condicionada pelo encaixe a uma formação discursiva jurídica, em que o hiperônimo "território" marca a posição de Estado com a divisão territorial e administrativa correspondente. Já na série da cidade-urbe e suas retomadas, o funcionamento metonímico funciona como um operador de memórias, sendo que o encadeamento de expansão, ligação e integração a cada passo se constitui em um ponto de falha, com deslizamentos para uma ou outra formação discursiva complementar. Assim, da cidade-urbe constituída pelo geográfico e urbanista vão sendo articuladas, em número limitado, as formações discursivas econômica, política, cultural, social, bem como evocações mais rarefeitas como a do discurso do conhecimento. A formação discursiva econômica apresenta-se expandida, com desdobramentos de objetos (por exemplo: *comércio*, *serviços*, *indústria*, *sistema global*), conforme o ponto da cadeia metonímica em que se inscrevem (a *cidade global* se inscreve no "sistema econômico global"; a região metropolitana e a megacidade operam com o objeto "indústria"; a megalópole com "fluxos de pessoas e mercadorias"). É interessante ressaltar ainda que o objeto "área rural" tem sofrido transformações importantes, desvanecendo-se diante das novas imagens citadinas. A denominação "área rural" aparece somente duas vezes em nosso recorte: em *região metropolitana* as elas já "estão sócio-economicamente conectadas ao urbano núcleo central". E em megalópole, "as [áreas rurais](#) estão praticamente (senão totalmente) ausentes". Outra marca disso está na definição de *cidade*, em que "área urbanizada" não se opõe a "área rural" mas sim a "vilas".

e) Faz parte da constituição dos objetos discursivos, como se verificou durante a análise, a relação ente língua e discurso. As formas de enunciação estável das definições (uma terceira pessoa objetivada sob a ilusão da evidência) condiciona a regularidade da posição de saber enciclopédico sobre os objetos-cidade. Enquanto isso, as modalizações de alguns enunciados ("geralmente", "certos", "vários",

"diversos", "diferentes", "conforme", "como", etc.) marcam a possibilidade de deslocamentos de sentidos. Uma análise dos elementos lexicais também elucida certos funcionamentos. Tomemos, por exemplo, o nome "área urbana", que ao ser repetido em toda a série de verbetes do que temos chamado a cidade-urbe (conforme a série lexical *área urbanizada, região urbana, núcleo urbano, aglomeração urbana, etc.*) estabelece uma regularidade. Como vimos, ela se distingue da série isolada do *município*, como já dissemos, pela substituição metafórica "território/área urbana". Outro funcionamento linguístico encontra-se nas sistematicidades sintáticas das definições, como na presença de formas verbais no particípio passado ("dotado", "constituído", "designado", "considerada", "empregado", "formada", "composta", "ligada", "integrada", "oficializada", "conectada", "introduzida", "encontrada", "polarizada", "pluripolarizada"). Isso produz o efeito do já-dado: do já-formado, já-ligado, já-integrado, como práticas anteriores à enunciação, algumas vezes sem preenchimento da posição de sujeito, outras vezes com sujeito inanimado e determinação circular do tipo: "áreas urbanas formadas por [cidades](#) ligadas". Simula-se aí uma cidade que se auto-determina, em um processo anônimo, naturalizando-se a urbanidade.

f) Mas como não há ritual sem falhas, notamos também alguns pontos de preenchimento dos agentes constituidores da cidade. São citações de legislações, de instrumentos linguísticos, de autores, de instituições, de empresas. Se as definições tendem a funcionar pela evidência, elas também deslizam aqui e ali para seu exterior, por meio de citações, de notas, de indicação de discursos outros, que furam a homogeneidade das definições. Desse modo, o interdiscurso fica simulado pelo intertexto e as interpretações entram no imaginário da completude textual, absorvidas na sequencialidade, na posição-locutor e na autoria. É o que acontece em alguns verbetes, em que há notas que remetem a textos com definições estabilizadas. Assim, no verbe *cidade*, temos em "urbe" uma nota que remete ao dicionário Michaelis, que é o único texto citado, embora se afirme em seguida que a definição do termo é "alvo de discussões diversas". No verbe *município*, no sentido reportado a Portugal, há uma nota que leva a um "Vocabulário de termos e conceitos do Ordenamento do Território", organizado pela Secretaria de Estado do

Ordenamento do Território, em Portugal.<sup>8</sup>, outra obra que estabiliza sentidos em uma área de especialidade: o urbanismo. Em *região metropolitana*, há uma nota que remete, no lado brasileiro, para o "Parágrafo 3º do Art. 25 da Constituição de 1988", um texto legislativo. Desse modo, tais remissões enviam diretamente para leis ou terminologias administrativas, restringindo-se a tendência ao equívoco. Já no verbete *metrópole* há remissão a dois livros, um de Eustáquio de Sene (*Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*, 1998) e outro de Marcelo L. de Souza (*ABC do desenvolvimento urbano*, 2005), isto é, a textos de especialistas. Em *região metropolitana*, há três obras citadas em língua inglesa, de especialistas: uma organizada por G. Squires (*Causes, consequences & Policy Responses*, 2002); um livro organizado por M. Mark, B. Katz, S. Rahman e D. Warren (*Metropolicy: Shaping a new Federal Partnership for a Metropolitan Nation*, 2008); e um *site* de terminologia urbana ("Definition of Urbain Terms", 2013). No verbete *cidade global*, encontramos uma citação da socióloga Saskia Sassen, com outra obra em língua inglesa (*Global City strategic site/new frontier*, 1991). Em *megacidade*, o único texto citado em nota (*Desafios das megacidades*) direciona para um endereço *online* da empresa de tecnologia Siemens<sup>9</sup>, que atua em rede global, com um discurso de sustentabilidade. No verbete *megalópole* não há nenhuma citação ou nota no trecho analisado, de maneira que o interdiscurso aparece como evidente. Em resumo, são diferentes formas de simulação do interdiscurso e das posições a partir das quais os saberes urbanos são produzidos, todas elas enredadas pela posição do enciclopedista.

### Conhecer a cidade a partir das falhas

O discurso enciclopédico transforma os saberes urbanos dispersos em um saber organizado, disponível, reduzido, tendo em vista um público amplo. A participação "livre" na autoria da Wikipédia levaria a supor uma grande diversidade de pontos de vista. Porém, notamos que o que ocorre é uma regularidade nas formas de definição e no trabalho sobre a contradição que envolve a formação discursiva jurídica ("município", "território", "divisão territorial") e as diversas formas da cidade-urbe, em

---

<sup>8</sup> [www.dgotdu.pt/vot](http://www.dgotdu.pt/vot).

<sup>9</sup> <http://www.siemens.com/answers/br/pt/>

um percurso que vai do geográfico urbanista ("área urbana", "urbanização", "população") a outras formações discursiva: econômica, política, cultural, social.

Cada formação discursiva apresenta uma certa densidade, e isso se observa quando se analisam os dispositivos linguístico-discursivos, que desenham os contornos dos objetos, selecionando-os, derivando outros objetos na mesma formação discursiva, transformando-os na passagem de uma formação a outra, etc. Enfim, os objetos discursivos e os mecanismos que eles colocam em funcionamento, mostram-se como observatórios dos efeitos do interdiscurso, das formações discursivas, bem como dos processos de individua(liza)ção dos sujeitos.

Nosso corpus de análise tende à estabilidade, na medida em que busca fixar os saberes em um discurso enciclopédico, porém, mesmo nesses espaços é possível identificar os pontos que abrem para deslocamentos de sentido no interior dos discursos de organização da cidade. O jogo entre mercado e Estado surge como um espaço de contradição que marca a formações dos objetos urbanos na atualidade e que caracterizam o duplo movimento ideológico da completude e da diversidade, dos direitos e deveres e da competição pelos lugares, pela economia global, pelas cidades.

Ao lidar com a região intermediária entre o estável e o instável, identificamos no discurso enciclopédico a tensão entre unidade e pluralidade cidadina. Nos enunciados definidores fala uma voz anônima, "formadora", "integradora", "legitimadora", ancorada em textos jurídicos, urbanísticos ou de especialistas. Mas também há pontos de equívoco. E aí vemos outros caminhos a serem trilhados para uma melhor compreensão do urbano, em meio à polissemia, a diferentes faces e ângulos, a possibilidades da resistência.

### **Referência bibliográficas**

COLLINOT, A. & MAZIERE, F. **Un prôt à parler: le dictionnaire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MAZIÈRE F. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In **História e sentido na linguagem**. Pontes: Campinas, 1989.

ORLANDI, E. P. Divulgação Científica e Efeito Leitor: uma política social urbana. In: **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes/Labeurb-Unicamp, 2003.

ORLANDI, E. P. **A Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes, 2012, p. 213 a 239.

PECHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HACK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2 ed.. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 61 a 161.

PECHEUX, M. **O discurso: estrutura e acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PECHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 1988.

WIKIPÉDIA. Wikimedia Foundation. Endereço: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 21 de outubro de 2014.

Para citar essa obra:

NUNES, J. H. A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico In: **RUA** [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: SAEED, A. Wikipedia Book: Thickest Book in The World. 31 dez. 2013 disponível em: <http://best-posts.com/?p=51772#sthash.RtQaO11O.dpbs>

**Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB**  
**Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI**  
**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**  
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

**Endereço:**

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS  
UNICAMP/COEN / NUDECRI  
CAIXA POSTAL 6166  
Campinas/SP – Brasil  
**CEP** 13083-892

**Fone/ Fax:** (19) 3521-7900

**Contato:** <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>